

Sul mobiliza 5 mil empresários para pressionar a Constituinte

PORTO ALEGRE — Na maior manifestação da história do empresariado gaúcho e, segundo o presidente da Federação das Indústrias (Fiergs) Luís Carlos Mandelli, "a maior do setor no país", cerca de cinco mil empresários se reúnem hoje no Parque de Exposições de Esteio, na região metropolitana, para uma manifestação contrária às emendas da Constituinte que estabelecem a estabilidade no emprego após 90 dias e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Ao mesmo tempo, a CGT do estado está mobilizando os trabalhadores para uma manifestação em frente ao parque, em protesto contra as pressões dos empre-

sários. No entender do presidente da Fiergs e do Centro de Indústrias (Ciergs), Luís Mandelli, "a CGT gaúcha e todos os trabalhadores que participarem dessa manifestação estão na contramão do mundo".

Demagogia — Mandelli disse que o próprio presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, "declarou à imprensa que a estabilidade no emprego é uma demagogia".

Com 5 mil convites expedidos, a CZ\$ 250,00 cada, para o churrasco que será servido, Mandelli acredita que a presença será grande e que muitas associações

e câmaras de indústria e comércio do interior do estado fretaram ônibus para comparecer, com faixas e cartazes a favor da "liberdade empresarial".

O presidente do Ciergs disse que a Brigada Militar e a Polícia Rodoviária Estadual foram comunicadas sobre a reunião, visando dar um esquema de segurança ao evento.

O presidente regional da CGT, Ricardo Baldino, afirmou que "os trabalhadores querem, antes de discutir as propostas combatidas pelos empresários, é sentar e debater com eles a instabilidade, não no emprego, mas de todo o sistema econômico do Brasil".

Gaúcho diz que Sarney não é líder

"O presidente Sarney não é um líder e, por isso, não consegue e não vai conseguir, até o final de seu mandato, uma unidade entre os ministros com o objetivo de debelar a crise econômica que se abateu sobre o país", afirmou o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) e Associação Comercial de Porto Alegre, César Rogério Valente.

Ele concorda com o Plano Bresser, por entender que "se deve ao pragmatismo do ministro, já que não se trata de um conjunto de medidas intransigentes como as de Funa-ro e que podem ser mudadas a cada hora, numa tentativa de sobrevivência da economia do Brasil". Acha que o ministro Bresser Pereira está administrando o país com objetivos imediatos para acabar com a crise.

Sugestões — Valente criticou ainda a proposta do senador José Richa de paralisar os trabalhos da Constituinte e afirmou que vê "com preocupação o paternalismo dos constituintes em relação à Comissão de Sistematização, que quer aprovar a diminuição da jornada de trabalho, a liberação dos movimentos grevistas e a estabilidade no emprego". Para Valente, essas medidas, "nitidamente voltadas para agradar o grande público, só vão proporcionar desemprego em massa e impedir, principalmente, que as pequenas e médias empresas se expandam".

Para que essas medidas não sejam aprovadas, Valente afirmou que o telefone 251808, foi instalado na Federasul, exclusivamente para receber sugestões e reivindica-

ções do empresariado gaúcho. "O telefone vai desenvolver a capacidade de imaginação e de criar idéias a serem levadas para a



César Valente

Constituinte", disse Valente. "Até então, as subcomissões e comissões foram trabalhadas por homens de esquerda, favoráveis à iniciativa privada mas apenas enquanto teoria, o que não ocorre com a Comissão de Sistematização", afirmou.

Sauer critica anteprojeto

SÃO PAULO — O presidente da Autolatina (holding da Ford e Volkswagen), Wolfgang Sauer, criticou o anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, particularmente sobre a redução da jornada de trabalho para 40 horas e a garantia de estabilidade. "É justo que se queiram ampliar os direitos dos trabalhadores. Porém, sob essa bandeira, não se pode cair no extremo de defender medidas populistas. Seria uma loucura a redução imediata e linear da jornada de trabalho por norma constitucional", disse.



Wolfgang Sauer

Sauer, que comanda um império de 15 fábricas da Volkswagen e da Ford no Brasil e Argentina, com um faturamento anual de quatro bilhões de dólares, disse que "a estabilidade de emprego como princípio é defensável, mas, na prática, é um absurdo. Concretamente, ela só poderia ser imposta às empresas, se estas, em contrapartida, e também por lei, estivessem garantidas contra a queda de suas vendas". O empresário afirmou que, até agora, nenhum constituinte se preocupou em propor medidas para assegurar às empresas o aumento da oferta de

empregos ou de que eles continuem existindo.

Constituinte decepciona — Wolfgang Sauer elogiou o fato de o Brasil viver o "saúdavel processo constituinte", mas alertou: "As dificuldades econômicas e sociais do atual momento certamente tendem a influenciar o texto constitucional, que corre o risco de não incorporar a necessária e desejada perspectiva de futuro, substituindo-a por preocupações transitórias do dia-a-dia. O anteprojeto já anunciado, sem dúvida, é bem uma mostra do que pode vir a prevalecer, embora tenha causado tanta decepção à sociedade brasileira."

Sobre a redução da jornada de trabalho, Sauer disse que ela já está prevista e assegurada para muitas categorias profissionais, através de convenções coletivas livremente negociadas entre sindicatos de trabalhadores e patronais. Citou o caso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de várias outras cidades paulistas que desde o dia primeiro de julho estão trabalhando no regime de 46 horas semanais. A partir de primeiro de outubro, eles terão a jornada reduzida para 44 horas.

Sauer entende que a redução da jornada de trabalho é gradativa, não porque simplesmente os patrões, por capricho, resistem a ela: "O processo se impõe por razões técnicas e operacionais, uma vez que implica replanejamento total das atividades de produção e da vida de uma empresa.

Um milhão — Mais de 600 mil assinaturas já foram coletadas no Rio Grande do Sul para as propostas de emendas populares à Constituinte, num trabalho que os movimentos de leigos católicos iniciaram em maio. O coordenador da comissão pró-Constituinte da regional-sul 3 da CNBB, Bartolo Perez, informou que as listas irão circular até 27 de julho, "quando o numero poderá chegar a 1 milhão de assinaturas". Ao todo são dez propostas sobre ordem econômica e social, reforma agrária, uso do solo urbano, direitos dos trabalhadores, liberdade religiosa, educação, família, mecanismos de participação popular, nações indígenas e defesa da vida.

Propaganda — Com o apoio da Sociedade Médica de Minas, o jornalista evangélico Azenito Brito iniciou em Belo Horizonte a coleta de assinaturas para apresentar como emenda popular no anteprojeto de Constituição a proposta de proibição de propaganda de tabaco, bebidas alcoólicas, medicamentos e agrotóxicos. Proposta semelhante foi aprovada pela Subcomissão de Saúde e pela Comissão de Ordem Social, mas, segundo Brito, acabou "suprimida do anteprojeto pelo lobby das multinacionais". De acordo com o jornalista evangélico, à medida em que campanhas contra o fumo, o álcool e os agrotóxicos fazem diminuir o consumo nos Estados Unidos e na Europa, os fabricantes investem na propaganda junto a populações do Terceiro Mundo.